

# A Teimosia e a Resistência Silenciosa da Camponesa<sup>1</sup>

Maria Goreti da Silva<sup>2</sup>

---

A realidade de um fenômeno social é a significação das forças que nele interagem sob determinadas condições históricas e, para entendê-la é necessária a análise do processo de produção e reprodução social, estabelecendo as relações sociais com suas marcas culturais e direções ao nível político. Entender, assim, o complexo campo de relações de gênero vinculadas às relações de trabalho, para desvendar o mundo da mulher camponesa, as suas falas, as suas formas de vida e a sua resistência à expropriação da pequena unidade familiar de produção e reprodução social, supõe reconhecer que " (...) *Os recortes acadêmicos que se fazem da realidade não devem ser entendidos como totalidades autônomas, mas devem ser inseridos em totalidades dialéticas*" (Saffioti, 1995:192).

Neste sentido, entende-se o trabalho como uma condição de existência do homem, tendo este a função de mediatizar o intercâmbio entre o homem e a natureza . É, através dele que o ser social, o homem, se explicita, supera o ser natural. Através do trabalho o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho, e também os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em coisas úteis, etc. ( Lukács, 1979:16).

Na sociedade capitalista o trabalho, que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo, reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercado-

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão modificada do terceiro capítulo da dissertação de Mestrado defendida pela autora, em setembro de 1996, no Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Mestre em Serviço Social pela PUC/RIO.

ria cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. Assume, assim, a forma de trabalho estranhado, fetichizado, alienado e, portanto, desrealizador do ser social, desefetivador de atividade humana e portador de barreiras sociais que se opõem à individualidade cheia de sentido. (Antunes, 1995:77, 91, 124).

Em "A Teimosia e a Resistência Silenciosa da Camponesa", a ênfase no trabalho da mulher inserida na pequena unidade familiar de produção é a chave de leitura da sua realidade. Associada a esta ênfase encontra-se, também, a de relações sociais de gênero, uma vez que as relações de gênero se processam através da atividade dos indivíduos na sociedade.

Na análise de fenômenos sociais é fundamental ater-se ao estudo da relação. E, conforme Saffioti, em se tratando da categoria sexo, a relação caracteriza-se como sendo de dominação-exploração. Neste tipo de relação estão presentes, de forma inseparável, e através de um processo simbiótico, patriarcado-racismo-capitalismo, no qual se mesclam fatores econômicos, políticos e ideológicos. O capitalismo como resultado de uma progressiva explicitação histórica da organização da produção-reprodução, separou o local de moradia e o local de trabalho e, freqüentemente, com isto ocorreu a separação entre o produtor imediato e os meios de produção. Assim, simultaneamente ele criou a possibilidade das mulheres também trabalharem fora de casa; conferiu uma igualdade formal entre homens e mulheres; ampliou as liberdades sexuais e criou condições para que algumas mulheres entrem em competição com os homens. No entanto, nem por isso a igualdade formal entre homens e mulheres, brancos e negros se traduz em práticas sociais correspondentes. (Saffioti, 1993: 60-61; 1987: 216-217).

Verifica-se que a relação dominação-exploração está presente na construção social da identidade masculino/feminino, na ocorrência da supremacia de uma e subordinação da outra. Como a construção social da identidade masculino/feminino é histórica, ela é repleta de contradições, confrontos e conflitos. As relações sociais de gênero se exprimem em práticas concretas, materiais ou simbólicas, constroem-se e reconstroem-se na simultaneidade dessas relações.. Conforme Lavinas, é mediante um processo de aprendizado coletivo que as mulheres constroem uma nova identidade social. E, na condição de mulher

trabalhadora, a construção dessa nova identidade é forjada na luta pela transformação das relações de classe e de gênero. (Lavinias, 1989).

Em "A Teimosia e a Resistência Silenciosa da Camponesa", pretende-se apresentar parte dos resultados de uma pesquisa de campo realizada em novembro de 1995 junto a mulheres e homens, através de entrevista aberta semi estruturada, que vivem na pequena unidade familiar de produção e reprodução social em São Bartolomeu, bairro rural de Alterosa, no sul de Minas. Sua população é formada por aproximadamente cinqüenta e cinco famílias que vivem na pequena unidade familiar de produção e reprodução social, onde cultivam milho, arroz, feijão, café e, ainda, horta de verduras e legumes, além do pomar. Criam pequenos animais e, especialmente, o gado leiteiro para consumo próprio, ou destinado também à comercialização e fabricação do queijo caseiro. Algumas famílias exercem, simultaneamente, outras atividades produtivas como a olaria, a participação, aos domingos, da feira em Alfenas e outras alternativas que visem ao aumento da renda familiar.

O objetivo central deste artigo é buscar compreender como a mulher enquanto trabalhadora nas pequenas unidades familiares de produção e reprodução social e na condição de trabalhadora que acumula trabalho familiar com o assalariado vive as relações sociais de gênero, no seu cotidiano, a partir da sua inserção da mesma no processo produtivo. Busca-se, então, perceber como se dá a participação da mulher a nível da produção, da circulação e do consumo dos produtos, procurando respostas a indagações diversas. Será que a mulher decide o que produzir, onde, quando, como e para que? Como ocorre a participação feminina no processo de produção e reprodução da pequena unidade familiar de produção? Existem atividades que sejam consideradas próprias de homem e de mulher? Em relação à mulher assalariada, quais seriam os motivos que a levaram a se inserir nesta forma de relação de trabalho? Como percebe a duplicidade trabalho doméstico e assalariado na sua vida cotidiana? Que importância este assalariamento tem na sua vida?

No Brasil, ao lado e à sombra da agricultura agroexportadora ou voltada à agroindústria, persiste uma agricultura familiar que vem passando por inúmeras transformações em decorrência do processo de modernização

implantado no setor agrícola. Uma dessas modificações é a reprodução do fenômeno assalariamento, onde milhares de trabalhadores rurais se vêem obrigados a se tornarem bóias-frias para garantir a sobrevivência.

Em São Bartolomeu, de uns vinte anos para cá vem, gradativamente, se acentuando a transição da *"inserção parcial"* dos camponeses em *"mercados incompletos"* para a denominada agricultura familiar (Abramovay, 1992:115). E, com isto, constata-se que a forma como produzem, trabalham e se reproduzem socialmente vem apresentando características de um camponês que está inserido, dialeticamente, no sistema capitalista, encaminhando-se para a produção familiar.

Neste sentido, quando do uso da palavra camponês, referindo-se à pequena unidade familiar de produção em São Bartolomeu, este termo virá, no presente texto, entre aspas para indicar a ocorrência do processo de mudança social no qual ele vem vivendo. Ao mesmo tempo, considero que a pequena unidade familiar de produção onde este *"camponês"* vive socialmente está em constante construção. E, ainda, o entendimento que tenho quanto às unidades familiares de produção é aquele apontado por Abramovay: *"(...) ... as que contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família."* (Nikolitch, 1969 apud Abramovay, 1992: 142).

Ressalte-se que, na referência à pequena unidade familiar de produção inclui-se, também, o nível da reprodução social. E esta reprodução social se refere tanto à reprodução da família, dos valores sociais e culturais quanto à da própria unidade de produção. Enfatizo, com Warman, que as unidades complexas de produção que são, ao mesmo tempo, unidades econômicas e de grupos básicos, para cumprirem com seus objetivos de subsistência e reprodução, têm que planejar, coordenar, executar e supervisionar a ação de seus integrantes como um conjunto orgânico, onde se articulam relações de parentesco, de produção, relações políticas, étnicas e religiosas, sociais e culturais. E a família, em tal situação, tem uma força nessas unidades, na medida em que nenhum indivíduo isolado pode empreender um processo produtivo da envergadura de uma pequena unidade familiar de produção. (Warman, 1980: 155-156). Considera-se igualmente, a distinção de Neves quanto à especificidade das relações da uni-

dade familiar e da unidade de produção, isto porque elas não se correspondem em termos de relações e valores que orientam regras de comportamento e atitudes. (Neves, 1993: 32).

Nas pequenas unidades familiares de produção de São Bartolomeu existem, paradoxalmente, equipamentos ditos tradicionais e outros considerados modernos. Desta forma, a antena parabólica convive com o ferro de passar roupa a carvão, a enxada e o arado de tração animal com o trator e secador de grãos. Como Abramovay adverte, este processo diferenciado de modernização que objetiva, gradativamente, implantar uma agricultura familiar, gera conflitos entre gerações e, ao mesmo tempo, vai minando as bases de sustentação do camponês.

Aliado ao processo de modernização da agricultura no bairro rural verifica-se a permanência, na mesma unidade familiar de produção, de culturas de subsistência como a do milho, do arroz, do feijão e da mandioca com outra voltada para o mercado exportador, como é o caso do café. Esta produção é realizada mediante o uso de insumos e defensivos agrícolas e, normalmente, com sementes selecionadas. Observa-se, também, que é comum a associação à produção agrícola da criação de algumas cabeças de gado, em especial o leiteiro, tanto para o consumo próprio quanto como fonte de renda adicional.

Percebe-se, em São Bartolomeu, que o "camponês", além de uma relação muito frágil com o mercado, também é vulnerável às leis da natureza, ou seja, às chuvas, às secas e às geadas. Esta situação afeta diretamente a produtividade e acaba, muitas vezes, gerando um reduzido retorno face aos custos do investimento na produção e um grande desestímulo à continuidade da pequena unidade familiar de produção.

### **Negócio e Dinheiro: assunto de mulheres?**

Nas unidades familiares de produção e reprodução social, em estudo, praticamente toda a família está envolvida com os meios que geram a produção e a reprodução social. A mulher, normalmente, além de se dedicar aos afazeres domésticos, que incluem tarefas de cuidado com a casa, de preparo da alimentação, com o vestuário, de educação dos filhos, de cuidado com pequenos animais e horta, ela também se envolve com

as atividades da "roça", preparando o solo, tendo como instrumento de trabalho a enxada, na época da semeadura. Mantendo a lavoura, normalmente através da capina e participando do processo da colheita dos produtos, "quebrando o milho na roça" para, posteriormente, ser debulhado, arrancando o feijão a fim de "ser batido", processo que separa os grãos da palha, responsabiliza-se, muitas vezes, pela secagem do arroz nos terreiros após este ter sido "cortado e batido", geralmente pelo homem. Entretanto, as decisões quanto ao que plantar, quando, quanto, em que lugar, como plantar, são praticamente feitas pelo homem, pois é ele que "entende" da agricultura, do solo, do clima, da produção.

Nos poucos meses do ano que, de acordo com o calendário agrícola, não ocorre o envolvimento direto da mulher com o preparo do solo, com a semeadura, com a manutenção da lavoura e da colheita, a mulher se dedica a uma diversidade enorme de atividades. Muitas mulheres, nessa chamada época do descanso, aproveitam para realizar as atividades vinculadas ao costurar, bordar, cozinhar, fiar, passar e a outras tarefas necessárias à própria reprodução da unidade familiar.

No que se refere à comercialização dos produtos, os resultados da pesquisa de campo nos permitem perceber que o "camponês" em São Bartolomeu está imerso em relações de intercâmbio com o mercado regional e, nestas relações, o dinheiro é usado freqüentemente. Porém, ainda é comum o costume da troca de produtos entre eles e o sistema de empréstimo. Assim, se um "camponês" não tem determinado produto ou semente, pede emprestado a outro para pagá-lo na colheita.

A maioria das pequenas unidades familiares de produção comercializam seus produtos diretamente na Cooperativa de Guaxupé. Mas, algumas ainda negociam com os intermediários, principalmente as que não são filiadas e têm dificuldade de transporte. Mas, isto não significa que elas estejam sempre desatentas à variação de preços no mercado e que não reservem parte de sua produção para vender num momento em que o preço no mercado esteja melhor. Contudo, quando têm necessidade, acabam dispondo do produto independentemente do mercado estar numa fase boa ou ruim. No local, o acesso às informações sobre o mercado agrícola, a variação de preços dos produtos e outras informações importantes quanto à produção agrícola é feito via meios de comunicação, te-

levisão e rádio, além de conversas entre os "camponeses". Eles sabem que o valor dos produtos no Sul de Minas acompanha a variação do mercado de preços no Estado de São Paulo.

A nível de comercialização dos produtos, ou seja, da avaliação dos preços, da decisão de quando e por quanto se vende um produto, da compra de mercadorias e insumos agrícolas, do ingresso a sistemas de crédito ou não, as mulheres não aparecem diretamente. Ou seja, não são elas que vêem os preços de mercado dos produtos, que vendem ou compram. Contudo, nesta área a pesquisa constatou que, de um lado, algumas mulheres mostraram-se ressentidas e desgostosas com o poder masculino, ao colocarem que a opinião delas quanto às decisões nos negócios não tem qualquer valor para o marido. E alguns destes maridos realmente confirmaram que consideram de sua inteira responsabilidade as decisões quanto à comercialização e administração da pequena unidade familiar de produção. Portanto, vamos acompanhar esta situação mediante as colocações de algumas entrevistadas, que foram feitas frequentemente misturadas com muito choro: "(...) ... não, não tinha valor, não. (...). Porque, ah! ... se eu falasse de um jeito, aí que ele fazia de outro." (O, 60 anos).

"Bom! negócio ... minha opinião nem ... ele faz o que ele vê que dá certo. Em negócio, assim, a gente nunca deu opinião." (G, 58 anos)

Para Saffioti é a relação dominação-exploração, presente na construção social da identidade masculina/feminina, histórica, repleta de contradições e conflitos, que permite a apreensão da dimensão que estas colocações escondem. Por outro lado, outras mulheres e homens afirmaram que, ao nível do público as mulheres não aparecem, porém, toda decisão no que se refere à comercialização e à pequena unidade familiar de produção é tomada conjuntamente e de acordo com a opinião da mulher e, na maioria das vezes, com a aprovação dela. Esta questão é expressa nas seguintes falas: "É tudo combinado. (...) Ele vai lá e pergunta tudo e volta. Se tiver tudo de acordo, faz. Se num tiver, num entrega." (A, 48 anos)

"(...) ... Ele fala primeiro se pode. Ele pergunta pra mim: 'Está por esse preço, você acha que dá prá vender? Falo: Não, estamos precisando, pode vender.' (...) Todos os negócios dele, ele vem e fala pra mim." (M, 40 anos).

E quando ela não concorda com o negócio, o marido não faz, segundo a sua colocação: "(...) *muito contrariado, mas aí larga mão. Fica meio contrariado, com a cara feia, mas não vende.*" (M, 40 anos). Um dos entrevistados expressa, da seguinte forma, como ele vê a participação da mulher nos negócios, quando esta influi: "(...) *num é que as mulheres faziam negócio. Sempre os marido, tá, que fazia o negócio. Mas ia saber da mulher. Pode, num pode; devo vender, num devo. Fulano dá tanto, pode entregar? Que que você acha?! É desse jeito. Se a mulher diz: não, num pode, num deve! Não fazia. Mas, elas mesmo, chegar um comprador de gado, suponhamos assim, elas que tomar a dianteira, e vender aquela, aquela, e o preço é esse, esse. Isso sempre, resolve o marido na frente. Mas, é elas que decide.*" (P, 65 anos).

Por conseguinte, conforme Luzardi afirma, é através da práxis cotidiana que os sujeitos sociais reproduzem a realidade objetivada, tendo como referência as transformações ocorridas nas suas condições de existência e, ao mesmo tempo, podem indicar possibilidades de negação da lógica diária das atuais relações de dominação/subordinação. (Luzardi, 1987: 480).

Em relação à administração do dinheiro acontece algo semelhante à esfera de comercialização, até porque são, até certo ponto, interligadas. Assim, com pouquíssima exceção, praticamente o dinheiro fica "*misturado*", "*guardado tudo junto*". Entretanto, a administração desse dinheiro muitas vezes fica só sob a responsabilidade masculina. Porém, algumas mulheres expressaram que gostariam de ter o seu dinheiro separado. Através das seguintes falas, pode-se perceber como a relação com o dinheiro é uma relação permeada de ambigüidades.

"*Dinheiro aqui é tudo misturado, é meu, é dele, o dele é meu. Se ele precisar, ele pega. Se eu precisar, eu pego.*" (A, 48 anos). "*Ah! Isso aí sempre era eu mesmo. (...) Eu que administrava o dinheiro ... dava prá o que precisava, administrar o dinheiro era eu.*" (P, 65 anos). "*Ah! era bom, né. Mais já que num consegue, aí fica assim. Porque é mais fácil, né. Porque quando você quer uma coisa, mais fácil você estando com o dinheiro. Você já compra. Ele acha melhor assim, eu acabei deixando, aí*



acostumou. (...) Porque homem é mais complicado. Eles fala que as coisa prá mulher tem tempo, com o tempo que pega, né. Que, ah! num precisa agora, você num está precisando disso agora. Aí começa." (J, 19 anos).

Através desta última fala já se pode perceber que, relacionada à questão do dinheiro estão as condições da compra das "coisas" que a mulher considera importante. Assim, as "coisas" pessoais para a mulher, normalmente vêm em segundo plano, e o homem, às vezes, considera sem precisão. Uma delas colocou que o marido diz: "Num tem precisão de ficar comprando isso, né." Por outro lado, às vezes a mulher participa da administração do dinheiro, e nesta condição coloca que nem sempre compra o que deseja porque considera outras necessidades. E que, às vezes, prefere que o dinheiro fique com o marido porque ela pode gastar em algo que não seja tão necessário.

Para muitas mulheres a criação de pequenos animais, especialmente a "galinha caipira", representa a alternativa para terem o seu próprio dinheiro, podendo, assim, comprar aquilo que precisam, como roupas, adereços e até mesmo remédio. Pode-se constatar este dado, através da seguinte fala de uma entrevistada ao colocar que, em relação ao dinheiro, só o marido toma conta, inclusive não dá dinheiro em suas mãos para as compras pessoais. "Ah! é só dele. Só quando vendo uns frango, que sobra do gasto. Assim que, às vezes, que sobra uns três, quatro frango. Quando cria bastante. Aí eu pego dinheiro prá mim. Às vezes, compro remédio, ajuda um pouco, mais é ... a maior parte é dele mesmo. Ele manda eu ir, às vezes, comprar fiado lá e depois ele vai e paga. Mas ele dá dinheiro prá eu ir lá e comprar, isso ... num dá, não. Sempre, às vezes, ele vai ... ." (G, 58 anos).

Uma delas afirmou que hoje tem dificuldade de escolha quando vai comprar algo porque, quando solteira, seu pai comprava as coisas, depois que se casou o marido passou a desempenhar este papel. "Ah! a gente toda a vida foi acostumada assim, né, desde os pais, já ia lá, comprava, comprava roupa, calçado, tudo. Já comprava, usava, estava bom. E casei foi assim. É tanto que até hoje, (...) vou nas lojas, não sei o que

*quero. As coisas melhores. Às vezes pego uma coisa mais ruim, não sei escolher. (...) Ah! eu acho melhor os outros comprar prá mim, porque do jeito que os outros compra pra mim, aí está bom.*" (O, 60 anos). Esta fala revela o drama de uma pessoa que, ao longo de sua vida, a relação de subordinação/dominação foi norteando a construção de sua identidade.

As colocações dos entrevistados no que se refere ao dinheiro nos remetem para a discussão de Saffioti (1995) sobre esta questão. A autora parte da reflexão de Coria (1991), sobre o dinheiro como representante material da riqueza e gerador de poder. Assinala que, segundo Marx, com a introdução do dinheiro nasce uma pulsão indeterminada que não se dirige para os objetos concretos. Esta pulsão é o poder e está relacionada com o dinheiro e encarnada nele. Assim, para Saffioti, enquanto estas vinculações não se divulgarem, as mulheres continuarão sendo desestimuladas a aprender a lidar com o dinheiro. Isto porque, segundo o imaginário social, esta é uma atividade vinculada à razão, portanto, contrária à personalidade maternal da mulher. Desta forma, a dificuldade da mulher com o dinheiro é decorrente de um conflito de normas internalizadas, ou seja, *"a possibilidade de ganhar dinheiro e dele dispor coloca a mulher em condições de transgredir interdições ancestrais"* (Saffioti, 1995: 92). Isto significa que, se por um lado a mulher rompe com a dependência econômica em relação ao homem, por outro, ela também rompe com o controle do homem sobre a sua sexualidade, uma vez que existe uma associação entre dinheiro e sexo. Assim, afirma-se com Coria: *"(...) ... é mais pertinente avaliar o grau de independência de uma pessoa por sua capacidade de usar o dinheiro com autonomia do que por sua capacidade para ganhá-lo. Ganhá-lo não implica, necessariamente, usá-lo com autonomia. (...) ... quem administra o dinheiro acaba administrando, real ou simbolicamente, a mobilidade do outro e a de si mesmo."* (Coria, 1991 *apud* Saffioti, 1995: 93).

Neste sentido, a independência econômica se expressa, também, na capacidade de administrar o dinheiro e afeta todas as dimensões da vida de uma pessoa influenciando, portanto, no contínuo e permanente processo de construção e reconstrução da relação de gênero.

## Mulher trabalha muito mais

Tendo como referência que o trabalho constitui o caminho para o verdadeiro desvendamento da posição dos homens na sociedade, pretende-se compreender como é a inserção da mulher enquanto trabalhadora no tipo de trabalho essencialmente doméstico, familiar e na condição de trabalhadora na pequena unidade familiar de produção que acumula atividades doméstico/familiares com as assalariadas. A participação do trabalho feminino nessas unidades é intensa. Assim, normalmente, a mulher trabalha na "roça" e cuida da criação de pequenos animais, da horta, do pomar, da fabricação do queijo caseiro, além das tarefas da casa. Como, também, muitas delas saem do bairro, pela manhãzinha, para trabalhar especialmente na colheita do café, enquanto outras no corte da cana-de-açúcar.

Os dados da pesquisa de campo revelaram que os critérios para divisão do trabalho predominantes são os de sexo e idade. Neste sentido, trabalho de homem se refere ao "*serviço pesado, ao serviço de roça*", e o da mulher "*ao serviço leve, o de casa*". Contudo, este limite é muito tênue, na prática. O caráter que assume tanto a participação do homem no serviço doméstico como a da mulher na roça, é o da ajuda. Para Perrot é possível a alternância, a complementariedade na divisão do trabalho, mesmo que limitada, tendo em vista que domicílio e trabalho, produção e consumo acontecem num mesmo espaço. (Perrot, 1987: 189). Contudo, a autoridade máxima, quem administra a pequena unidade familiar de produção e reprodução social, em tese, é o homem.

Quanto à denominação do que seja trabalho "leve" para a mulher e trabalho "pesado" para o homem, esta é muito ambígua. Assim, a ordenha, a capina podem ser consideradas atividades leves e para a mulher, por uns, mas para outros não. Porém, muitos trabalhos que são considerados pesados pela mulher e para a mulher, ela acaba fazendo-os. É o que mostra a seguinte descrição de uma entrevistada: "*Ah! tem uns que tem, né! Porque tendo serviço a gente faz, só que é muito pesado. Igual o serviço que eu tenho, que eu trabalho. Igual hoje, estou fazendo coluna da caixa d'água. É serviço muito pesado, fico muito cansada. Dói muito os braços. Fazer cerca e outras coisas.*" (H, 36 anos).

Percebe-se que, além da mulher ter consciência de que é um tipo de trabalho pesado que braçalmente está além de suas forças físicas, é um trabalho que a cansa, castiga o seu corpo. No entanto, como a sua unidade familiar de produção não dispõe de muita força de trabalho, e necessitam reproduzirem-se socialmente, acaba se sujeitando a um trabalho exaustivo. As colocações dos entrevistados reforçam esta reflexão, assim: "*(...) serviço dela, mas aí, a gente tinha que cooperar, né! Pensava, mas não é justo: 'Ajuda eu na roça, eu ajudo ela em casa'.*" (N, 46 anos). "*Trabalho de enxada, plantar de plantadeira. Isso é bem pesado, até prá gente mesmo. Eu mesmo, ... porque na segunfa feira que plantei arroz lá, estou esbodegado. Eu não dava pra trabalhar com isso, não, o dia inteiro.*" (L, 28 anos).

Embora a mulher tenha conquistado o mundo do trabalho, ela ainda não conquistou uma posição de igualdade junto ao homem. A sua força de trabalho não tem o mesmo valor que a do homem. Além de que o mundo doméstico praticamente ainda continua sob a sua responsabilidade, o que significa que ela está dispondo de sua força produtiva nas duas esferas do trabalho, e isto gera um desgaste enorme para a mesma.

Os resultados da pesquisa em campo permitem constatar que entre os atores sociais pesquisados há o reconhecimento, embora tímido e perpassado de ambigüidades, de que a mulher acaba trabalhando mais, por acumular o trabalho doméstico com o trabalho na roça/assalariado. Mesmo que os homens executem algumas tarefas domésticas, eles se acham "desajeitados" ou as consideram "custosas"; é o que se pode perceber através do discurso a seguir: "*(...) Até que elas fazem muito mais porque elas fazem lá o que o homem faz e, depois em casa, a gente não consegue fazer ... Eu mesmo, se for fazer o serviço que ela faz, eu já não faço, eu não sei fazer. Posso até fazer mas só que é custoso. Então, eu acho que, tanto tem valor a mulher que nem o homem na atividade que os dois mexe, ela na função dela, a gente na função da gente, os direito igual*". (I, 40 anos). A entrevistada E, diz que sente que a mulher trabalha mais que o homem, ao relatar uma situação concreta de seu cotidiano. "*(...) Ah! eu sinto. Tem dia mesmo que eu falo: 'S, eu trabalho muito mais que você! Porque chega de tarde ele diz que está cansado. Senta lá no sofá prá assistir televisão. Aí, eu tenho que tratar dos porcos, das*

*galinhas (...) Eu termino a janta, tomo banho, apanho comida pra Y ele vai jantar e depois eu vou arrumar as coisas". (E, 27 anos).*

A diferenciação das necessidades de força de trabalho que o ciclo agrícola anual determina na organização doméstica, apontada por Contreras (1991), é uma característica clara na área. Isto porque a época do plantio e da colheita é bem determinada. Assim, a concentração do trabalho é mais intensa nestas épocas, mas isto não quer dizer que em outros períodos do ano o "camponês" não trabalhe. Normalmente, nestas outras épocas ele está envolvido em outras atividades inerentes à produção e à reprodução social, tanto da unidade familiar quanto da de produção.

Ressalta-se que as pequenas unidades familiares de produção, em São Bartolomeu, também procuram associar a quantidade da força de trabalho que dispõem à sua capacidade produtiva e ao número de trabalhadores que dela pode sobreviver com o seu tamanho e as características de sua exploração. Contudo, mesmo afirmando, com Contreras (1991), que as decisões nelas estão condicionadas pelos recursos de força de trabalho que dispõem, muitas vezes elas precisam recorrer ao trabalho assalariado para se manterem.

Desta forma há muitas unidades familiares de produção que contam, para a sua reprodução social, com o trabalho assalariado. O aspecto principal do assalariamento é a necessidade de complementação da renda familiar. São unidades onde a base da sua relação com a terra é a parceria ou a propriedade de pouquíssima terra. E, também, porque, às vezes, o tamanho da família ultrapassa a capacidade de exploração da unidade produtiva.

Esta situação pode ser verificada mediante a colocação de uma entrevistada, que há quinze anos trabalha em algumas épocas do ano como bóia-fria, e seu marido planta em parceria com vizinhos, mas já chegou inclusive a estabelecer esta relação com moradores de bairros distantes." (...) *A vontade de comprar as coisas. Porque os homens nunca dão conta das coisas que a gente quer. Todos mesmo, não dá conta mesmo. Você vê, a renda da gente que é pobre ... mas tem os braços prá trabalhar mesmo, né! E de vontade de possuir aquilo que eu queria. Desde as meninas, a M estava com 4 anos e a Z com 5 anos. (...) Eu comecei a trabalhar, pejejei pra arrumar pra ficar com elas e não conseguí, aí levava pra roça, levava as duas junto." (M, 40 anos).*

A análise de Saffioti no que se refere à representação do assalariamento como individualização do trabalhador, onde ele é livre para trocar sua força de trabalho por salário, e com este adquirir bens e serviços oferecidos no mercado, auxilia na compreensão das questões que advêm do discurso desta entrevistada. Como, também, na maioria das vezes a mulher trabalha para ajudar o marido, e não raro, em troca de um salário menor, pois complementar. Para esta autora, considerando que o salário feminino é complementar ao masculino, e que recai sobre a mulher a responsabilidade concernente a seus papéis tradicionais, os elementos femininos constituem-se em trabalhadores volantes ideais, uma vez que, por um lado eles preenchem os requisitos do capital investido em atividades que geram empregos sazonais e, por outro, as mulheres precisam ficar um tempo em casa, disponível para a sua família, para realizar as tarefas domésticas. Desta forma, a autora afirma que há incompatibilidade entre a jornada doméstica de trabalho e a extra-doméstica. (Saffioti, 1987: 225-228). Esta questão assume diferenciações quanto à trabalhadora rural. Assim, aquela mulher que trabalha apenas na pequena unidade familiar de produção e reprodução social, mesmo que sujeita ao marido ou ao pai, dispõe de certa liberdade na distribuição do seu tempo e trabalha vigiando os filhos. Pode-se verificar esta situação através do discurso de duas entrevistadas. *"(...) Aí eu vinha em casa fazer o almoço, já descascava mandioca, que sempre a merenda era mandioca com café. Punha cozinhar, deixava, a R tomava conta (...) Depois na hora do café, voltava prá arrumar o café. Depois ia até de noite. Depois que chegava que ia cuidar de dá banho nas crianças."* (O, 60 anos). *"(...) Eu levanto cedinho e faço. Roupa, às vezes eu lavo de manhã antes de ir pra roça, às vezes à noite. (...) Ah! eu acho ... é difícil, né, pra gente. Chega em casa e a gente faz o almoço, deixa a louça sem lavar, acumula o serviço. Mas, a gente faz, vai fazendo um pouco de cada um e é uma fase difícil pra gente."* (F, 31 anos).

Porém, nesta situação a mulher ainda sofre a sobrecarga do trabalho; assim a entrevistada J, coloca que se fosse para fazer só o serviço da roça, escolheria este como de sua preferência, mas como tem que fazer também o doméstico, neste caso ficaria apenas com este, embora o considere rotineiro.

"(...) Ah! na roça é um sol o dia inteiro e cansa muito. Chega tarde, depois chega tarde, tem que fazer o serviço de casa também. (...) Porque é melhor que você só faz um serviço. Agora em casa é: faz almoço, depois repete tudo de novo. Todo dia a mesma coisa. Agora, na roça, não. Cada dia é um serviço." (J, 19 anos).

Outra situação é a da mulher que trabalha na pequena unidade familiar de produção e, algumas vezes ainda trabalha "por dia" na vizinhança; é o caso de E, que já arruma a filha para a escola e a leva junto para a roça, de onde a menina segue direto para a escola. Mesmo o local de trabalho sendo próximo de sua casa, devido à "sujeição ao patrão ausente" ser tão introjetada, ela acaba estabelecendo um ritmo de trabalho do tipo assalariado: "(...) ... porque estou no serviço dele e vir cá fazer comida, né, esquentar comida. No meu pensamento, ele já pensa que só o S que estava trabalhando. S, chega no sábado, ele fala que é um serviço meu. Aí ele vai, no meu pensamento, ele vai perguntar: 'Mas eu vi ela em casa! Então, eu gostaria que ele visse eu no serviço dele, trabalhando. Agora, quando é serviço nosso, eu vou mais tarde. Às vezes eu levo almoço lá em riba, S já come na hora certa. Aí já não tem problema.'" (E, 27 anos).

Na situação da mulher bóia-fria, conforme discurso de uma das mulheres, acrescenta-se à jornada de trabalho doméstico a de trabalho extra-doméstico, extremamente longa. Isto porque soma-se à jornada de trabalho o tempo de transporte e este varia conforme a distância do trajeto até o local de trabalho, além de transtornos no percurso, como acidentes, quebra do caminhão que carrega os bóias-frias e fiscalização. Recentemente, morreram muitos trabalhadores bóias-frias em Alterosa, entre eles mulheres e crianças que retornavam às suas casas após um longo e exaustivo dia de trabalho. Quanto à fiscalização, muitas vezes ela é vista como um obstáculo, por atrasar o retorno. Assim, o seu caráter preventivo acaba assumindo um sentido ambíguo face à situação em que os trabalhadores se encontram. O discurso de M retrata como é difícil, para a mulher, a sobrecarga de uma longa jornada de trabalho, onde ela não dispõe de tempo suficiente para o descanso do seu corpo. "(...) Fechava a casa e saía tudo. Aí saía às seis e meia da manhã e chegava às sete, sete e meia da noite. (...) Faço

*tudo à noite. Aí já vou direto, faço a janta, cozinho feijão pro outro dia, faço merenda. Vou dormir na faixa de dez, onze hora da noite."* (M, 40 anos).

O entendimento dos homens em relação ao trabalho das mulheres como bóias-frias se justifica quando da necessidade do aumento da produção para reproduzirem-se socialmente. Entretanto, manifestam-se de certa forma cautelosos quanto à presença delas, sozinhas, no caminhão de turma e no local de trabalho juntamente com outros trabalhadores que eles não conhecem. Isto porque sabem que as mulheres sofrem do assédio sexual por parte do homem. *"(...) Sempre quando ela vai trabalhar, vai com a filha, às vezes, eu vou. Eu falo: 'Fazer o quê? A gente precisa ganhar uns cobrinhos ...'"* (N, 46 anos).

Mas, há outros que têm posição diferente. Assim, J., antes de se casar, trabalhava como bóia-fria e gostava. Agora seu marido não permite que ela vá, se o mesmo não puder ir junto. Ela manifesta esta situação da seguinte forma: *"(...) Quando acabou este ano, eu queria é desde o ano passado, mas ele num deixou. Falou que se eu fosse, ele ia. Aí este ano eu fui. (...) Ele num gosta que eu vou, trabalhar assim, sem ele, tudo. Que num precisa, que tudo as coisa ele me dá. Mas é gostoso colher café. Aí eu pego e vou junto."* (J, 19 anos).

Além de toda esta situação, a mulher sujeita ao trabalho assalariado sazonal fica a descoberto dos poucos benefícios oferecidos pela legislação e, muitas vezes, não tem o salário individualizado. Isto ocorre quando ele é pago diretamente ao marido. Desta forma, a mulher está sujeita à autoridade de dois homens, marido e patrão. (Saffioti, 1987: 233).

Em relação à questão trabalhista, esta atinge a maioria dos trabalhadores bóias-frias da região. A entrevistada M mostra que, se trabalha na Usina de Açúcar e Álcool Monte Alegre, tem a carteira assinada, mas em outros locais, não. Esta usina já sofreu inúmeras ações trabalhistas, e hoje quanto à assinatura da carteira de trabalho, ela vem cumprindo com as suas obrigações, porém, em muitas outras situações está envolvida na justiça do trabalho. Através do discurso de M, pode-se perceber como são as



ambiguidades dos bóias-frias quanto aos seus direitos trabalhistas: (...) *Tinha carteira assinada. (...) Comecei no dia vinte e cinco de junho e terminei dia vinte e sete de outubro, eu parei. Depois acerta o tempo, acerta as férias, acerta tudo. Agora, prá cá, não. Pediram a carteira mas não se registrou nada. Devolveram as carteiras tudo de novo (...). É bom porque o desconto é muito grande, em Monte Alegre o desconto é muito grande. Eu achei bom porque ali, se você ganhar R\$ 80,00, chega sábado você recebe os mesmos R\$ 80,00. Em Monte Alegre se você ganhar R\$ 80,00, vai pra R\$ 60,00. É o INSS, né. (...) ... prá lá, chega no final do tempo, tem tudo de volta prá trás.*"(M, 40 anos).

Verifica-se, através do discurso de M, que ela reconhece que quando tem a carteira assinada no período da safra, após a rescisão do contrato de trabalho, tem garantido o retorno dos descontos efetuados, porém, não percebe que a carteira assinada é um direito seu e que com ela estão assegurados os seus direitos trabalhistas. Constata, sim, que muitos patrões recolhem a carteira, mas acabam devolvendo-a sem assinar. Isto significa que os patrões previnem-se quanto à fiscalização e, se esta não é feita, não respeitam os direitos dos trabalhadores.

Conforme Saffioti, só a mulher, no modo de produção capitalista, preenche os requisitos do capital investido em atividades que geram empregos sazonais, isto porque o seu salário é complementar ao masculino e é sobre ela que recai a responsabilidade quanto aos seus papéis tradicionais. Por conseguinte, a mulher constitui trabalhadora volante ideal, não exercendo, na maioria das vezes, pressão para tornar o emprego temporário em permanente. Desta forma, o tipo de modernização da agricultura implantado no Brasil, voltado à agricultura de exportação ou vinculado à agroindústria, apresenta características negativas para a maioria da população e, principalmente, para a mulher. Uma vez que a mulher como trabalhadora assalariada eventual tem a sua autonomia prejudicada, e na condição de volante encontra inúmeras dificuldades para a construção de sua identidade profissional. (Saffioti, 1987: 228-233).

Na pesquisa de campo um dos pontos investigados foi quanto à experiência de trabalho da mulher, na roça, anterior ao casamento. Observa-se que, com exceção de uma, todas trabalharam na roça e em casa antes do

casamento. Sendo que as mais idosas trabalharam na roça juntamente com os pais. Das mais novas, a maioria trabalhava além de na pequena unidade familiar de produção dos pais, na colheita do café, nas proximidades. A minoria delas também trabalhava como bóia-fria, sendo transportadas em caminhões de turma, inseguros, para o trabalho tanto da capina, como do corte de cana e colheita de café, em fazendas mais distantes. Uma delas expressou que, aos dez anos, interrompeu a quarta série e passou a ir juntamente com sua mãe trabalhar como bóia-fria. Nessa ocasião, tanto ela, menor, quanto sua mãe, por serem mulheres, recebiam três quartos do valor que o homem recebia por dia trabalhado. Mas, para tanto, tinham que passar no teste que consistia em dar conta de capinar, num dia, uma quantidade de terra plantada, demarcada pelo responsável pela produção. Esta entrevistada relata esta situação, assim: "(...) Direto. Lá... quando eu comecei a trabalhar mesmo, comecei com dez ano. Eu trabalhei no Taquaruçu, na enxada, sete mês. Na enxada, ganhando três quarto do salário. (...) Porque era menor e as mulher ganhava menos. Agora, não. Agora, ganha tudo igual, né. Mas na época era menos. A mulher ganhava três quarto do salário. Trabalhava quase igual. (...) Eles fazia o teste. (...) Marcava tarefa. Um tanto que você tinha que tirar. Tinha que tirar aquele tanto de café, de carpir, pra poder ganhar três quarto." ( J, 19 anos).

As mulheres em geral ganham menos que os homens, mesmo que a discriminação salarial com base no sexo seja proibida na legislação brasileira. Assim, para Saffioti, a construção da cidadania da trabalhadora rural passa por inúmeras lutas, entre elas a referente aos direitos sociais trabalhistas e aos pertencentes ao sexo feminino, com ênfase nas diferenças entre as práticas sociais femininas e masculinas decorrentes da assimetria das relações sociais de gênero. ( Saffioti, 1987: 230-234). No estudo sobre " *A força de trabalho feminina na agricultura: marchas e contramarchas,*" Lavinias ressalta, também, que as discriminações a que a mulher está submetida referem-se à negação dos seus direitos previdenciários, participação política e níveis de remuneração iguais aos do sexo masculino. (Lavinias, 1988).

No final da década de 1980, os bóias-frias que trabalhavam na Usina Monte Alegre começaram, timidamente, a se mobilizar. Neste momento, foram demitidos os trabalhadores envolvidos com o movimento grevista

e, ao mesmo tempo, todos foram ameaçados; se fizessem greve seriam demitidos e, no lugar deles, trabalhadores de outros lugares seriam admitidos para realizar a safra da cana-de-açúcar. Como na ocasião esta usina era a maior empregadora da mão de obra da redondeza, a ameaça surtiu efeito imediato. Desta forma, de acordo com Sgreccia, a sazonalidade do trabalho e o desemprego criam enormes dificuldades à mobilização dos trabalhadores e, conseqüentemente, diminui o poder de barganha do sindicato. Assim, a forma de organização da produção cria condições favoráveis às agroindústrias para impor aos trabalhadores determinadas regras de compra e de uso da força de trabalho. (Sgreccia, 1989: 65).

Observa-se, na região, que a mobilização dos bóias-frias e do movimento sindical rural ainda é pouco expressiva em termos de lutas reivindicativas e de reconhecimento dos direitos trabalhistas, de melhores condições de transporte e de trabalho. O papel mais divulgado do sindicato entre os trabalhadores pesquisados é o de propiciar atendimento médico e dentário para quem tem a "carteira registrada". Uma entrevistada, que tem seu marido trabalhando há seis anos com carteira assinada, colocou que o patrão queria assinar a carteira de trabalho, mas seu marido não aceitou, porque achava que "*fica apertado*". Quando o patrão disse que era bom para eles porque, se ficassem doentes, teriam atendimento médico com mais facilidade, então resolveu aceitar que a carteira fosse assinada.

Constata-se, em São Bartolomeu, onde na década de 1960 e 1970 muitos trabalhadores migraram, principalmente para Campinas em decorrência do processo de expropriação e modernização na região, hoje os "camponeses" reconhecem que teriam grandes dificuldades de sobrevivência nas cidades, tendo em vista que, "*na cidade é tudo no dinheiro*", "*já num tem emprego*" e "*trabalhar por dinheiro é muito difícil*". Além de que, na maioria das vezes, teriam que morar na cidade onde "*olha prá um lado é casa, olha pra outro é casa, muro, rua, só*", e ainda trabalhar como bóia-fria na "roça".

Por conseguinte, mesmo que enfrentem dificuldades quanto aos meios de transporte, atendimento à saúde e à falta de dinheiro, preferem morar na roça. Assim, os trabalhadores bóias-frias deste bairro rural mantêm ainda o vínculo com a terra e têm uma identidade como unidade produtiva

"autônoma", uma vez que se assalariam após realizarem as suas colheitas ou, enquanto os homens trabalham na unidade produtiva, as mulheres saem para trabalhar como bóias-frias, ou "para os outros". Muitos, percebendo o movimento do capital para expropriá-los, criam alternativas de garantia para a reprodução social, via atividades complementares à agricultura familiar, como a olaria, a participação aos domingos na feira de legumes, verduras e cereais em Alfenas, além de outras estratégias específicas para o aumento da renda familiar.

A mulher, nesse tipo de situação, simultaneamente, vive o processo de individualização através do acesso ao dinheiro decorrente de seu assalariamento, o que lhe dá um certo poder, redefinindo, assim, a relação subordinação/dominação e, também, indiretamente, a sua expulsão e de sua família da terra e das condições de reprodução social na pequena unidade familiar de produção. A cultura do café, tanto nas pequenas unidades familiares de produção em São Bartolomeu, como nas fazendas do município de Alterosa e de outros circunvizinhos, ocupa a mão de obra assalariada para a realização, principalmente, da colheita. Assim, a época da colheita do café constitui, para a mulher, a oportunidade de ganhar dinheiro. Entretanto, nesta safra já estavam preocupadas porque uma das fazendas estava planejando introduzir a mecanização na colheita do café o que, conseqüentemente, diminuiria a oferta de trabalho e, por outro lado, as atividades restantes seriam as mais penosas, cansativas e menos lucrativas. De acordo com os dados levantados na pesquisa de campo, as mulheres consideram que "panhar café" é o serviço que mais gostam de fazer na roça e colocam os seus motivos. *"Ah! na roça eu trabalho. Quando é época de panho de café, eu trabalho. (...) Ah! eu gosto de apanhar café, eu gosto! (...) Ah! acho que é um serviço mais leve do que o da enxada, né. (...) Eu gosto porque também ajudo em casa, né. Ajudo o marido a comprar as coisas pra casa, pros filhos. "( F, 31 anos) . "(...) Ah! porque acho mais divertido. Sei lá, a gente só fica dentro de casa. Assim, quando chega no tempo que não tem serviço na roça, parece que eu fico nervosa. E se eu ficar trabalhando na roça, principalmente, tempo de panho de café, parece que eu fico animada. Não sinto que aquilo faz a pessoa ficar cansada. Eu gosto mesmo! (...) Ah! eu acho que é por causa que a gente fica com a turma. Porque a gente ficar sozinha*

*ruim demais.*" (H, 36 anos).

A colheita do café é uma atividade coletiva, desta forma as mulheres, os homens e as crianças trabalham e se encontram, compartilham suas lutas e experiências cotidianas. Mas, além de tudo, foi observado que o trabalho na colheita do café possibilita às mulheres, na maioria das vezes, o acesso direto ao dinheiro. Portanto, este é um trabalho através do qual elas vêem o dinheiro, recebem por ele. E este dinheiro é usado por elas para a compra das coisas pessoais que desejam para si próprias, para a casa e para o restante da família. Por conseguinte, por trás do "gostar de panhar café", está algo mediante o qual elas se auto afirmam enquanto mulheres geradoras de valor e possuidoras de condições que lhes permitem satisfazer parte dos seus desejos materiais imediatos. Por outro lado, ao receberem o dinheiro, normalmente, em suas mãos, isto significa, na realidade em que vivem, que o dinheiro e o mundo dos negócios são eminentemente ocupações masculinas, que elas estão negociando, estão no espaço público, portanto, pervertendo a ordem instituída. Conforme observa Botelho, *"a participação da mulher na produção social gera um fortalecimento de sua prática no sentido de que enquanto trabalhadora assalariada, cria também canais efetivos que lhe asseguram, também, o papel de provedora, tanto criando meios concretos de garantir a sobrevivência quanto sendo a referência simbólica que propicia à sua família e ao grupo resistir, coletivamente, assegurando a manutenção de uma série de normas e valores reelaborados no dia-a-dia"* ( Botelho, 1989).

Além disso, ela tem a sua autonomia redefinida no sentido em que incorpora o cotidiano mais amplo, que circula entre o espaço privado e o espaço público. Concomitantemente à redefinição permanente da autonomia da mulher, o homem também passa a redefinir o seu papel de responsável pelo sustento de sua família. ( Botelho, 1989). As relações de gênero, conforme enfatiza Saffioti, constituem uma totalidade dialética, desta forma as relações masculino/feminino estão constantemente constituindo e reconstituindo-se na simultaneidade dessas relações.

## Conclusão

As mulheres, em São Bartolomeu, mesmo que tenham vivenciado de forma diferenciada, experiências de trabalho na agricultura, tanto antes do casamento como posteriormente, têm uma história densa de lutas pela sobrevivência, via trabalho. Através do trabalho essas mulheres vêm se transformando e construindo as bases que sustentam e possibilitam a definição e redefinição das relações sociais de gênero, no seu cotidiano. Constatou-se que o trabalho feminino, tanto familiar/doméstico como doméstico/familiar/assalariado é indispensável para a manutenção e reprodução das pequenas unidades familiares de produção. Quando este trabalho abrange quase todos os níveis do processo produtivo, produção, circulação e consumo, a mulher consegue ter ampliada a sua atuação no campo das relações sociais de gênero. No entanto, quando a mulher entra apenas como força de trabalho, fica comprometida a sua participação e envolvimento nas decisões referentes à direção e à administração da pequena unidade familiar de produção.

No tocante aos critérios, em tese, para a divisão do trabalho, na área em estudo, são a idade e o sexo. Como a maioria do contingente feminino, a mulher enfrenta a sobreposição de tarefas e obrigações domésticas com as extra-domésticas. E, quando a mesma se assalaria, a dupla jornada de trabalho é, ainda, mais penosa em consequência das condições sob as quais o assalariamento é imposto ao trabalhador, especialmente, quando se trata da mulher bóia-fria.

## Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, São Paulo, Rio de Janeiro, Ed. HUCITEC, ANPOCS, Editora da UNICAMP, 1992.
- AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. *A questão Agrária e o Capitalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ANTUNES, R. 1992 "Para onde vai o mundo do trabalho?" Caxambu, XVI Encontro Anual da ANPOCS, 1992.
- \_\_\_\_\_ *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, São Paulo, Ed. Cortez, 1995.
- BOTELHO, M.I.V. "Trabalho e Sindicalismo nas Terras do Canavial", in *Revista Proposta* nº 42, Ano XIV, Rio de Janeiro, FASE, 1989
- BRITO, S.R. *Gênero e Trabalho na Agricultura: Algumas características recentes*, Paper mimeo, Rio de Janeiro, PUC / Rio, 1996.
- CARSON, A.C. "Entrelaçando Consensos: Reflexões sobre a dimensão social da Identidade de gênero da Mulher" in *CADERNOS Pagu* nº 4, Campinas, Ed. da UNICAMP, 1995.
- CASTRO, M.G. e LAVINAS, L. "Do feminino ao gênero: a construção de um objeto", in *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, Costa, A.C. e Bruschini, C. (org.), 1992.
- CONTRERAS, J. "Los Grupos Domésticos: Estratégias Producción" in *Antropologia de los pueblos de España*, Taurus Universitária, Taurus Ed, Madrid, Prat, J., Martínez, U., Contreras, J. e Moreno, I., (eds.), 1991.
- GNACCARINI, J.C.A. "Organização do Trabalho e da Família em Grupos Marginais Rurais de São Paulo", in *Revista de Administração de Empresas* - jan/mar., Rio de Janeiro, 1971.
- GRAZIANO DA SILVA, J. et alli. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, São Paulo, HUCITEC, 1980

- LAMARCHE, H. et alli *A Agricultura Familiar*, Campinas Ed. da UNICAMP, 1993.
- LAVINAS, L. "Identidade de Gênero: um conceito da prática", GT Mulher na Força de Trabalho, XIII Encontro Anual da ANPOCS, 1989.
- \_\_\_\_\_ "A Força de Trabalho Feminina na Agricultura: marchas e contramarchas", GT Mulher na Força de Trabalho, XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, São Paulo, 1988.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social (Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx)*, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979.
- LUZARDI, A. "Visível Versus Invisível: Repensando o significado da mulher camponesa" in *Anais do Seminário: Mulher Rural: Identidades na Pesquisa e na Luta Política*, Dezembro, Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1987.
- MARTINS, J.S. *Expropriação e Violência: A questão política no campo*, São Paulo, Ed. HUCITEC, 1980.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*, Vol I, São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MEDINA, C.A. "Família: Ontem, Hoje, Amanhã" in *Debates Sociais*, nº especial, Rio de Janeiro, CBCISS e Rede, 1991.
- MINAYO, M.C.S. *O Desafio do Conhecimento*, São Paulo, Rio de Janeiro, HUCITEC - ABRASCO, 1994.
- MORAES, M.L.Q. "Avatares da Identidade Feminina", GT Família e Sociedade, XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, São Paulo, 1988.
- NEVES, D.P. "Diferenciação Sócio-Econômica do Campesinato" in *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice - ANPOCS, 1987
- \_\_\_\_\_ "Agricultura Familiar: Artimanhas da Classificação" in *À Margem - Revista de Ciências Humanas*, Ano I, nº 3, novembro, Rio de Janeiro, 1993.
- NORONHA, O.M. "Trabalhadoras de Cana-de-Açúcar: A aprendizagem de classe nas relações de produção" in *Revista Reforma Agrária*, nº 2, Volume 21, Campinas, São Paulo, 1991.
- PERROT, M. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.



- ROMANO, O.J. "Identidade e Política. Representação e Construção da identidade política do campesinato" in *Relações de Trabalho e Relações de Poder*, Fortaleza, Ed. da UFCe, 1986.
- SAFFIOTI, H.I.B. "O Processo de Individualização da Trabalhadora Rural" in *Anais do Seminário: Mulher Rural: Identidades na Pesquisa e na Luta Política*, Dezembro, Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1987.
- \_\_\_\_\_ "Rearticulando Gênero e Classe Social" in *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, Costa, A.C. e Bruschini, C. (org), 1992.
- SAFFIOTI, H.I.B. e ALMEIDA, S.S. de *Violência de Gênero: Poder e Impotência*, Rio de Janeiro, REVINTER, 1995.
- SGRECCIA, A. "Assalariados rurais: experiências de formação sindical" in *Revista Proposta*, nº 42, Ano XIV, Rio de Janeiro, 1989.
- SHANIN, T. "A Definição do Camponês: Conceituações e Desconceituações. O Velho e o Novo em uma discussão marxista" in *estudos Cebrap*, nº 26, Petrópolis, Vozes, 1980.
- SILVA, M.G. et alli. *Mulher no Campo*, Ensaio mimeo, Rio de Janeiro, UERJ, 1984.
- TAVARES, R. *CONTAG, da Ditadura à Transição - Memória Social e Construção Política do Campesinato*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1992.
- WARMAN, A. "Algunas hipótesis sobre la acción política del campesinado" in *ensayos sobre el campesinado*, México, Ed. Nueva Imagen, 1980.